



O Estado de São Paulo – 21 Mai 2003

Distribuidoras de energia recorrem à Aneel contra revisão tarifária

Mesmo com reajustes superiores a 40%, elas não estão satisfeitas com metodologia da agência
RENÉE PEREIRA

As concessionárias de energia elétrica entraram com um recurso administrativo na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para contestar a metodologia da revisão tarifária periódica, cujos primeiros resultados foram divulgados em abril. **A informação foi dada ontem pelo presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica (CBIEE), Cláudio Sales, durante seminário promovido pela Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo, sobre Regulação do Setor elétrico. A ação foi movida pela Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee).**

Caso não obtenham resposta favorável, Sales afirmou que as empresas poderão recorrer à Justiça contra as decisões da agência reguladora. “Nenhum brasileiro deve descartar a possibilidade de ir à Justiça para resolver os seus problemas”, disse o presidente da CBIEE.

Apesar de algumas revisões superarem 40%, as distribuidoras não estão satisfeitas com a metodologia adotada pela Aneel. Para o presidente da EDP Brasil, Eduardo Bernini, existem algumas medidas que se contradizem. Ele explica que no caso da Enersul o reajuste foi dividido em duas parcelas, apesar de a agência reguladora ter concluído que para manter o equilíbrio econômico financeiro da empresa, cobrir os custos e garantir os investimentos na rede era necessário um aumento das tarifas da ordem de 42,26%. “Desta forma, o conceito foi afrontado”, observa ele.

Outra discussão abordada ontem no seminário da FGV e que tende a provocar mais uma queda de braço entre governo e empresas foi a questão da universalização dos serviços de energia elétrica. Segundo Bernini, cabe às empresas cumprir as metas estabelecidas pelo governo, mas o custo com as novas ligações tende a ser repassado para a tarifa. “Levar energia em locais distantes implica custos que serão cobertos por subsídios cruzados, repassando a despesa para outros consumidores, ou por subsídios diretos pelo governo”, salientou ele.

A polêmica que se inicia com a universalização proposta pelo governo é que os consumidores não precisariam arcar com uma parte do custo para levar energia até sua casa, como ocorre na atual legislação. Com a nova lei, a empresa teria de arcar com o custo das ligações. Mas isso pode sobrar para as demais classes de consumo, ou seja, um novo subsídio à vista.

Consumo – A sobra de energia, em torno de 4 mil megawatt (MW), já está inspirando uma nova campanha de incentivo ao consumo. A idéia foi levantada ontem pelo diretor da Associação Brasileira dos Geradores de Energia Elétrica (Abrage), Silvio Areco.

